

Protocolos/ Acordos/ Contratos

15. Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM).

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal a proposta do Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM), em anexo, para o qual se remete e que faz parte integrante da presente Proposta.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 50873

Data: 21/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

PROPOSTA: A Câmara Municipal delibere aprovar o Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM), em anexo, para o qual se remete e que faz parte integrante da presente Proposta.

A Diretora de Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Anexos:

1. Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM).

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A ATAM
E A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**

Considerando que:

A ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local é uma associação profissional, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, com declaração de utilidade pública, representativa dos trabalhadores da Administração Local, cuja qualidade, regime e identidade pretende assegurar, em vista do reforço do seu estatuto jurídico-funcional;

No âmbito do seu escopo social, a ATAM desenvolve um conjunto de iniciativas e ações de ordem técnico-científica, designadamente:

- Seminários;
- Encontros Técnicos;
- Formação Autárquica, devidamente certificada;
- Reuniões de Aperfeiçoamento Profissional;
- Colóquio Nacional.

A ATAM promove, de forma regular, publicações de caráter científico e jurídico (Municipal e Municipalismo), bem como dispõe de biblioteca própria (Artur Vieira Dias);

A ATAM dispõe, ainda, de um Gabinete de Estudos, responsável pela investigação científica em temas das autarquias locais, bem como o apoio na resolução de dúvidas e problemas técnicos;

O Município de Braga é uma pessoa de direito público, com atribuições e competências próprias, diretamente relacionadas com os interesses das populações locais;

O Município dispõe de recursos humanos próprios e cuja capacitação e valorização técnica é essencial para o desenvolvimento das suas atribuições;

Nesta justa medida, o acesso do Município e dos seus trabalhadores às iniciativas e ações promovidas pela ATAM, de caráter científico, jurídico e técnico, bem como aos serviços de apoio técnico disponibilizados por esta última, se afiguram como uma mais-valia para a prossecução daquelas atribuições e competências;

Ambas as entidades manifestaram vontade em celebrar uma parceria que, enquadrando-se no âmbito dos respetivos objetivos e atribuições, se centra na congregação de esforços, de partilha de informação e de conhecimentos técnico-científicos e, bem assim, do desenvolvimento de ações conjuntas.

Entre:

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (ATAM), com sede na Praça do Município, n.º 15 A, em Santarém (2001-903), pessoa coletiva n.º 501 229 450, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santarém, sob esse número, aqui representada por **Marcelo Caetano Martins Delgado**, na qualidade de Presidente da Direção com poderes para este ato, e em cumprimento da deliberação de 27 de abril de 2022, adiante designada por primeira outorgante; e

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, Braga, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por Município ou segundo outorgante; e

Em conjunto, designados por Partes.

É celebrado, o presente Acordo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO E ÂMBITO)

Constitui objeto do presente Acordo a regulamentação da relação de cooperação entre a Associação de Trabalhadores da Administração Local (ATAM) e o Município de Braga, tendo em vista a congregação de esforços, de partilha de informação e de conhecimentos técnico-científicos e, bem assim, do reforço da capacitação e valorização de recursos humanos, dentro do âmbito subjacente às atribuições e competências das autarquias locais.

CLÁUSULA SEGUNDA

(OBJETIVOS)

1. Com a celebração do presente Acordo pretende-se reforçar a capacitação técnica do Município, enquanto pessoa coletiva com atribuições e competências de natureza pública, através de iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento profissional e valorização dos seus recursos humanos, bem como o acesso à rede de conhecimentos técnicos e científicos, e de apoio, da primeira outorgante.
2. As Partes comprometem-se, ainda, a:
 - a) Colaborar no campo da investigação na área da administração local;
 - b) Desenvolver uma cultura de inovação e cooperação, através de cursos de especialização, ações de formação, seminários e workshops.

CLÁUSULA TERCEIRA

(DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES)

1. São direitos do Município:
 - a) O acesso dos seus trabalhadores às ações de aperfeiçoamento e valorização profissional desenvolvidas pela associação, incluindo, seminários, workshops, formações e reuniões de aperfeiçoamento profissional, nas mesmas condições que se encontram estabelecidas para os associados da ATAM, sem prejuízo do previsto na alínea b) do n.º 3 da presente cláusula;
 - b) Ter acesso à rede de investigação e base de dados gerida pelo Gabinete de Estudos da ATAM, incluindo o apoio técnico deste último, nas mesmas condições em que se encontra garantido para os associados da ATAM, designadamente, através de atendimento telefónico e emissão de pareceres escritos;
-

- c) Ter acesso às publicações técnico-científicas promovidas pela ATAM, designadamente, newsletters;
 - d) Aceder, gratuitamente, ao conteúdo digital das revistas "O Municipal" e "Municipalismo".
2. São obrigações do Município:
- a) Assegurar os espaços e as condições técnicas para a realização das iniciativas previstas na alínea b) do n.º 3 da presente cláusula;
 - b) Designar um interlocutor entre a ATAM e o Município;
 - c) Respeitar os regulamentos internos da ATAM e que regulamentam o acesso às ações e serviços descritos no número anterior;
 - d) Pagar a contribuição financeira prevista na Cláusula Quarta.
3. É da responsabilidade da ATAM:
- a) Garantir ao segundo outorgante o acesso às iniciativas, publicações e apoio técnico referidos no número 1;
 - b) Garantir a realização anual de um seminário gratuito, subordinado a temas específicos, nas instalações do Município, exclusivo para os trabalhadores da Câmara Municipal de Braga;
 - c) Dar conhecimento atempado, ao segundo outorgante, das ações a desenvolver e tendentes ao aperfeiçoamento e valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas.
4. Cada uma das Partes é responsável pelos seus próprios custos incorridos por força da realização do previsto no presente Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA

(COMPENSAÇÃO)

- 1. Como compensação pelo acesso aos serviços e rede de conhecimentos referidos na clausula anterior, o segundo outorgante procederá ao pagamento, à primeira outorgante, de um valor anual no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) a ser pago até 31 de dezembro de 2024.
 - 2. O montante referido no número anterior é atualizado em função da atualização anual das remunerações dos trabalhadores em funções públicas.
-

CLÁUSULA QUINTA
(PROPRIEDADE INTELECTUAL)

Os dados e informação resultantes das ações previstas no presente Acordo podem ser utilizados para publicação científica e em programas de divulgação ao critério da ATAM, devendo o nome do Município de Braga ser devidamente reconhecido e identificado com o respetivo logótipo.

CLÁUSULA SEXTA
(DADOS PESSOAIS)

1. As Partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e toda a demais legislação, nacional ou europeia, em matéria de dados pessoais, bem como, as orientações e as decisões em matérias de dados pessoais proferidas pelas entidades oficiais competentes, designadamente a Comissão Nacional da Proteção de Dados.
2. Os Signatários comprometem-se a prestar assistência mútua no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA
(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO ACORDO)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente Acordo são feitos pelo Município, através do Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

CLÁUSULA OITAVA
(REVISÃO DO ACORDO)

1. Os termos do presente Acordo podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor ou por iniciativa de uma das partes contraentes mediante acordo escrito entre as partes.
 2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Acordo são efetuadas por escrito, por adenda, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.
-

CLÁUSULA NONA

(COMUNICAÇÕES)

No âmbito de execução do presente Acordo, as informações e comunicações entre os outorgantes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

CLÁUSULA DÉCIMA

(VIGÊNCIA, DENÚNCIA E CESSAÇÃO)

1. O presente Acordo vigora desde 1 dia do mês seguinte à sua assinatura, sendo renovável por 1 ano.
2. O Acordo pode ser denunciado por qualquer uma das Partes, com uma antecedência mínima de 60 dias em relação ao termo do prazo de vigência.
3. A denúncia referida no número anterior é efetuada por escrito e enviada à outra Parte através de carta registada com aviso de receção.
4. O presente Acordo pode ainda ser feito cessar por qualquer uma das Partes, sob a forma escrita, desde que com fundamento em não cumprimento, pela outra Parte, de qualquer uma das obrigações que lhes cabem nos termos do disposto na Clausula Terceira.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte que pretenda resolver o Acordo por incumprimento, deve conceder à outra Parte um período de 30 dias prévio para proceder à regularização da falta identificada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(OMISSÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS)

1. A resolução de conflitos e ou dúvidas decorrentes do presente Acordo dirimidas por decisão conjunta das partes intervenientes.
2. Os casos omissos são resolvidos segundo ditames de boa-fé e de harmonia com o que as partes teriam acordado se os houvessem previsto em cláusula especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(FORO COMPETENTE)

Para os litígios que não tenham podido ser resolvidos nos termos da clausula anterior, ou do n.º 4, da Clausula Oitava, ou, ainda, por compromisso acordado, as partes fixam o foro competente da Comarca de Santarém.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(LEI APLICÁVEL)

1. Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, o presente Acordo fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos do seu artigo 5º, n.º 4.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Acordo, aplica-se o previsto na legislação geral aplicável.

Santarém, ____ de _____ de 2024

Pela Primeira Outorgante

O Presidente da Direção

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal

Marcelo Caetano Martins Delgado

Ricardo Rio

➤ Aprovada em reunião da Direção da ATAM de ____ de _____ de 2024

➤ Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Braga

de ____ de _____ de 2024

Assunto: Protocolo de Cooperação com a Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM).

Considerando que:

1. O Município de Braga se preocupa em promover o desenvolvimento dos seus colaboradores, designadamente através da aposta na sua formação contínua e em outras iniciativas que fomentem o seu aperfeiçoamento e desempenho profissional;
2. Tendo em conta este propósito, o Executivo Municipal aprovou o Plano de Formação para 2024 fruto da sistematização dos dados recolhidos junto das várias Unidades Orgânicas do Município;
3. Sem prejuízo da execução e cumprimento desse Plano, o Município procura potenciar a adequação dos seus colaboradores aos postos de trabalho que ocupam e assim ajudar à prossecução dos objetivos estratégicos municipais através da realização de outras iniciativas potenciadoras da valorização profissional;
4. Neste âmbito, a ATAM realiza estudos científicos e procede ao tratamento de questões ligadas à administração autárquica, o que lhe permite disponibilizar pareceres jurídicos e guiões didáticos de grande qualidade nas mais diversas áreas de atuação da administração local;
5. Enquanto associação profissional de âmbito nacional que tem por missão assegurar a qualidade do serviço prestado pelos colaboradores da administração pública local, a ATAM surge como um parceiro natural do Município de Braga na prossecução do interesse público por via da valorização profissional e aperfeiçoamento contínuo dos seus colaboradores e, em consequência, na satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos e empresas Bracarenses.

Considerando ainda:

6. O disposto no artigo 6º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o Anexo IX, que dele faz parte integrante - Lista de serviços de saúde, serviços sociais, serviços de ensino, serviços artístico-culturais e outros serviços específicos – código CPV – serviços prestados por organizações associativas;
7. Que, nos termos daquela disposição legal, “a parte II não é aplicável à formação dos contratos públicos que tenham por objeto a aquisição de serviços sociais e de outros serviços específicos referidos no anexo IX ao presente Código, que dele faz parte integrante, salvo quando o valor de cada contrato for igual ou superior ao limiar previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 474.º, caso em que se aplica o disposto nos artigos 250.º-A a 250.º-C”;
8. Que o Protocolo, em anexo, integra o âmbito de previsão da norma e anexo supra citados.